UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS

ERICA RODRIGUES DA SILVA

O COLETIVO DE JUVENTUDE DO MST/RN E O PROJETO "FORMAÇÃO DE AGENTES CULTURAIS E COMUNICADORES POPULARES DA REFORMA AGRÁRIA"

Rio de Janeiro
2016

Erica Rodrigues da Silva

O COLETIVO DE JUVENTUDE DO MST/RN E O PROJETO "FORMAÇÃO DE AGENTES CULTURAIS E COMUNICADORES POPULARES DA REFORMA AGRÁRIA"

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Diploma de Graduação em Serviço Social. Orientadora: Maristela Dal Moro

Rio de Janeiro
2016
Erica Rodrigues da Silva

O COLETIVO DE JUVENTUDE DO MST/RN E O PROJETO "FORMAÇÃO DE AGENTES CULTURAIS E COMUNICADORES POPULARES DA REFORMA AGRÁRIA"

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Diploma de Graduação em Serviço Social.

Aprovada em _____

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof.ª Maristela Dal Moro
Orientador

_____

Prof.ª Gabriela Lema Icasuriaga

_____

Prof.ª Silvina V. Galizia

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha mãe e meu pai, Maria do Céu e Sebastião, que me ensinaram que integridade é batalha e que o descanso só vem depois da luta. Eles continuaram a acreditar quando eu desacreditei.

Ao Movimento dos trabalhadores Rurais Sem terra/MST, ator principal da organização e mobilização das trabalhadoras e dos trabalhadores na luta pela Reforma Agrária.

A toda a Juventude camponesa/Sem terra pela resistência na luta e na vida, em especial aos Companheiros (as) do coletivo de juventude do MST/RN, sujeitos fundamentais na realização desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Maria Do Céu e Sebastião, agricultores Sem Terra, que em meio às dificuldades de viver no campo, num lugar pequeno do interior do nordeste acreditaram e acreditam que é da terra que devemos tirar nosso sustento, não mediram esforços em me criar e educar para ser hoje a pessoa que sou, e ao mesmo tempo quero pedir desculpas a “mainha” por muitas lágrimas derramadas nas minhas idas e vindas.

Aos meus irmãos Bento, Hortência e Olga, pela força e por terem amenizado a minha ausência em casa, fazendo do nosso lar sempre alegre.

As amigas e amigo, Manu, Cleyse, Ana Paula, Cida, Cicero, Karine, pessoas que me ensinaram coisas que eu jamais encontraria em livros. Em especial a Jailma pela socialização de textos e conhecimento.

A minha vó Francisca Leopoldina que na sua velhice renova todos os dias a mística de viver e lutar.

As parceiras de curso e de vida Tati e Lia, que nos momentos de tristeza e alegria sempre estiveram presente, sem elas o Rio de Janeiro não seria tão florido, agradeço imensamente por estarem sempre dispostas a ouvir minhas angustias e tristezas.

Aos professores (as) e monitores (as) que sempre estiveram dispostos a ajudar, dialogando e apoiando nas disciplinas.

A Antonimaria e Cácia Cortez pessoas que me estenderam a mão no momento em que mais precisei ajudando a solucionar problemas desconhecidos, e mostrando que o fim pode ser o começo, sou imensamente agradecida.

Ao meu orientador e professor Henrique Wellen e a professora Maristela Dal Moro pelo apoio, ensinamentos e paciência.

Ao meu companheiro, amigo e namorado Eduardo Elias, por lembrar sempre que essa elaboração necessitaria acima de tudo do meu empenho individual, obrigado pela força.

Por fim, mas não menos importante aos companheiros e companheiras do MST/RN, em especial a região oeste do estado, Neide, Damiana, Aglailton e Sandrinha e Dona Dió que em momentos de desmotivação acenderam a chama da luta e assim como eu acreditam na importância da organização e mobilização da Juventude para continuarmos rompendo cercas.

Aqui
Sobre vossos peitos
Persistimos
Como uma muralha
Em vossas goelas
Como cacos de vidro
Imperturbáveis
E em vossos olhos
Como uma tempestade de fogo
Aqui
Sobre vossos peitos
Persistimos
Como uma muralha
Em lavar os pratos em vossas casas
Em encher os copos dos senhores
Em esfregar os ladrilhos das cozinhas pretas
Para arrancar
A comida de nossos filhos
De vossas presas azuis
Aqui sobre vossos peitos
Persistimos
Como uma muralha
Famintos
Nus
Provocadores
Declamando poemas
Somos os guardiões da sombra
Das laranjeiras e das oliveiras
Semeamos as ideias como o fermento na massa
Nossos nervos são de gelo
Mas nossos corações vomitam fogo
Quando tivermos sede
Espremeremos as pedras
E comeremos terra
Quando estivermos famintos
Mas não iremos embora
E não seremos avarentos com nosso sangue
Aqui
Temos um passado
E um presente
Aqui
Está nosso futuro

Não iremos embora
Tawfic Zayyd

RESUMO

SILVA, Erica Rodrigues. **O COLETIVO DE JUVENTUDE DO MST/RN E O PROJETO "FORMAÇÃO DE AGENTES CULTURAIS E COMUNICADORES POPULARES DA REFORMA AGRÁRIA".** Rio de Janeiro, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

A presente pesquisa trata do Coletivo de Juventude do MST/RN e o Projeto "Formação de agentes culturais e comunicadores populares da Reforma agrária", fazendo uma breve abordagem sobre a proposta de programa de Reforma Agrária do MST, como a juventude está organizada nesse processo de construção, na qual são eles os principais sujeitos que sofrem com o avanço do capital no campo através do agronegócio, modelo que provoca diversas mazelas fazendo com que esses sujeitos percam a vontade de viver no campo. Com isso, traremos no trabalho o histórico e organização do Coletivo de Juventude do MST do Rio Grande do Norte e a experiência do projeto "Jornada de Formação de agentes culturais e comunicadores populares da Reforma Agrária", com foco sobre os impactos que o projeto teve no coletivo de Juventude, mostrando como o projeto foi o grande incentivador para a organização de coletivos de Juventude em oito regiões do estado, em áreas de assentamentos e acampamentos, em que não se tinha nenhum tipo de iniciativa por parte do estado com promoção de políticas públicas, e o projeto foi provocando e despertando o olhar desses sujeitos para a Formação, Arte, Cultura e Lazer, fazendo desses instrumentos e ferramentas, meios para continuar resistindo e lutando no campo, pois, esses também são direitos fundamentais para se viver dignamente, cultivando seus valores e construindo novas ideias. Por último, resgataremos nas entrevistas falas de algumas pessoas que participaram diretamente do projeto, relatando a sua determinação na organização junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na legitimação de lutas por politicas públicas, para continuar pressionando o Estado, o qual se ausenta da responsabilidade de garantir que a juventude do campo também tenha acesso aos direitos.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Juventude Sem Terra; Direitos; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

LISTA DE SIGLAS

BM	Banco Mundial
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CCTPA	Centro de Capacitação e Treinamento Patativa do Assaré
CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais
CP	Consulta Popular
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRB	Curso de Realidade Brasileira
DCE	Diretório Central dos Estudantes
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENJCC	Encontro Nacional da Juventude do Campo e da Cidade
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
ENETERRA	Encontro Nacional de Estudantes e Jovens Por Trabalho, Educação e Reforma Agrária
ENU	Encontro Nacional de Universitários
FEAB	Federação dos Estudantes de Agroecologia do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ME	Movimento Estudantil
MMM	Marcha Mundial de Mulheres
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
UNE	União Nacional
OGU	Orçamento Geral da União
PRAP	Programa de Reforma Agrária Popular

PJR	Pastoral da Juventude Rural
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
RAP	Reforma Agrária Popular
RN	Rio Grande do Norte
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12
2 MST E JUVENTUDE 15
2.1 Reforma Agrária Popular 15
2.2 Históricos sobre a juventude 20
3 COLETIVO DE JUVENTUDE DO MST NO RIO GRANDE DO NORTE 26
3.1 Gênese e Construção 26
3.2 Organicidade 31
4 OS IMPACTOS DO PROJETO: "FORMAÇÃO DE AGENTES CULTURAIS E COMUNICADORES POPULARES DA REFORMA AGRARIA" COM APOIO DO BNB .. 33
4.1. O Banco do Nordeste do Brasil 33
4.2 Com a palavra a Juventude 36
CONCLUSÃO 40
REFERÊNCIAS 42
APÊNDICE 433

1. INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira oferece condições históricas, materiais e subjetivas, que expressam de forma nítida a dinâmica da luta de classes. O campo brasileiro desde a colonização enfrenta um processo de exclusão, expropriação e expulsão, e que a partir da década de 90 se acentua com a inovação do capital e suas novas formas de acumulação no campo, se apropriando dos meios de produção investindo todas a suas forças nas grandes empresas do agronegócio e inviabilizando as condições de vida dignas ao povo do campo.

Nos governos Lula[1] e Dilma[2], essa posição é ratificada, com a opção política e econômica pelo agrohidronegócio[3]. Em 2015, de acordo com o Orçamento Geral da União (OGU), o Estado Brasileiro investiu diretamente para o agro-hidronegócio R$ 15.188.415.858 (quinze bilhões, cento e oitenta e oito milhões, quatro centos e quinze mil e oitocentos e cinquenta e oito reais), e investiu indiretamente R$ 417.623.800(quatro centos e dezessete milhões seiscentos e vinte e três mil e oitocentos reais). No entanto, para a agricultura familiar e camponesa[4], foi destinado R$ 6.032.515.336 (seis bilhões, trinta e dois milhões, quinhentos e quinze mil e trezentos e trinta e seis reais), setor esse que é responsável, hoje, pela produção e comercialização de mais de 70% da alimentação brasileira, apesar de ter menos infraestrutura e terras para plantio. A partir do exposto, fica evidente como o financiamento público e o incentivo sobre a produção do agro-hidronegócio é desigual em relação ao investimento sobre a agricultura familiar e camponesa.

Nesse contexto, precisamos compreender a questão agrária e o desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira – ou seja, o agronegócio e todas as fases desse tipo de produção - compreendendo também os diversos sujeitos que vivem no campo, em especial a Juventude Sem Terra, a juventude da Reforma Agrária, que vivem nos acampamentos e assentamentos. Vale salientar que essa

---

[1] O governo de Luiz Inácio lula da silva de 2003 a 2010.

[2] O governo Dilma Rousseff iniciou em 2011, se reelegeu em 2014 e nos dias atuais está passando por um processo de Impeachment.

[3] Agrohidronégocio: é o processo de monopolização da terra junto aos recursos hídricos, com viés mercadológico, em ritmo e destruição sem precedentes sobre tudo em relação à degradação ambiental e a precarização das relações de trabalho. (THOMAZ JR, 2008)

[4] Aqui, nesse trabalho, optaremos por trabalhar com a agricultura familiar e camponesa, tanto por ser uma opção política dos sujeitos que se organizam no Movimento, como por demarcar posição de classe.

juventude não é a única vítima, mas é quem sofre mais com as ações do capital, são os primeiros a saírem do campo e isso compromete o presente e o futuro da agricultura familiar e camponesa, não sendo somente um problema de acesso a terra, de luta por ela, mas também de luta por se manter nela com condições dignas de vida.

A juventude tem um papel central quando se diz respeito ao tema da questão agrária, sendo a juventude, os sujeitos mais afetados com os problemas que o campo e a sociedade brasileira enfrentam. A juventude precisa compreender e se apropriar de instrumentos e estratégias de enfrentamento aos desafios atuais no combate ao agronegócio.

É por esses elementos, da situação de vida que o povo do campo enfrenta que se torna relevante lutar por elaboração e implementação de projetos que garantam a permanência e a organização da juventude no campo, o estado precisa garantir investimento em ações de cultura, lazer, educação e saúde, que são direitos de todos os cidadãos.

Assim, por essas razões, esse trabalho vai abordar a forma de organização do coletivo de juventude do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Rio Grande do Norte (RN), e analisar quais os impactos do o projeto “Jornada de Formação de Agentes Culturais e Comunicadores Populares da Reforma Agrária”, realizado pelo Centro de Capacitação e Treinamento (CCTPA) em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), no período de 31 de Setembro a 31 de Dezembro de 2015.

Para a abordagem desse trabalho foi realizado uma pesquisa bibliográfica junto com companheiras e companheiros do coletivo de juventude, utilizando-se também de informações encontradas em cartilhas, sites e relatórios do MST, e entrevistas com perguntas semi-estruturadas com jovens que participaram diretamente do projeto em diferentes regiões do estado.

Buscamos apresentar os principais objetivos do MST, com enfoque no programa de reforma agrária popular, assim como também o debate sobre a juventude através de leituras de livros, cartilhas, participação em cursos e seminários nacionais. A partir de relatórios, trazer presente o histórico do coletivo de

juventude/RN e como se dá seu funcionamento nas áreas de assentamentos e acampamentos, a fim de mostrar a participação dos sujeitos que nele integra.

Para tanto, fizemos o recorte do período de 2008 a 2015, como forma de organização e resistência no campo, o MST luta para que o Estado garanta políticas públicas que venham garantir direitos da população camponesa, principalmente da juventude, como por exemplo, o direito a permanecer cultivando seus valores e história de forma digna. A luta por políticas públicas é o segundo desafio após a conquista do assentamento, o Estado tem o papel de garantir a efetivação das tais, pois a riqueza produzida pelo homem através do trabalho deve ser devolvida ao próprio homem, é nesse momento que vamos iniciar o debate sobre a necessidade de projetos com o objetivo de consolidar coletivo de juventude, pautando o projeto "Jornada de Formação de Agentes Culturais e Comunicadores Populares da Reforma Agrária".

Ao abordar esse projeto estaremos problematizando quais foram seus impactos no coletivo de Juventude do MST/RN, e expondo as principais questões que estão sendo tratadas, e quais as reivindicações para a organização e consolidação do coletivo de juventude. E, por conseguinte, contribuindo com um vazio teórico que há no Serviço Social, assim como no campo das ciências sociais, no que tange ao tema da Juventude Camponesa.

Esse trabalho consiste, portanto, da necessidade de sistematizar as experiências, vivências e ações que esses sujeitos organizados em lutas constroem, em meio aos limites que o Estado burguês impõe, bem como as necessidades concretas de (re) existência nos respectivos territórios que vivem.

2. MST E JUVENTUDE

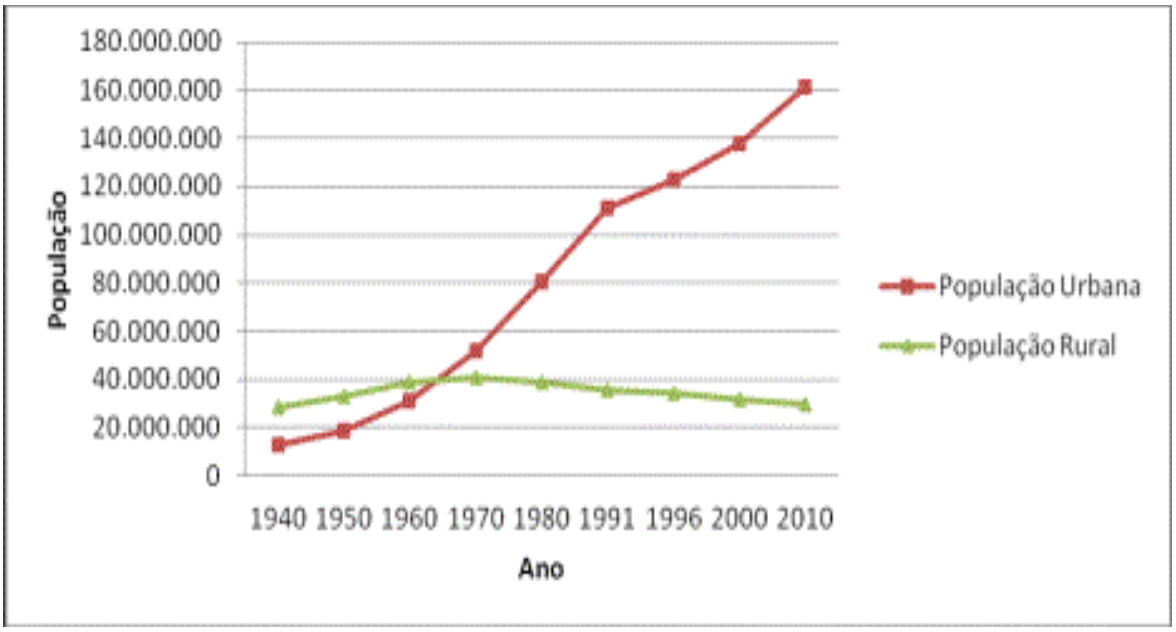
Nesse capitulo traremos a partir dos estudos de cartilhas, livros e pesquisas no site do IBGE dados da situação da Reforma Agrária no Brasil e logo em seguida mostrar o programa de Reforma Agrária que o MST vem construindo aos longos dos anos. Programa esse que tem a contribuição de diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil na sua construção, compreendendo que o debate da democratização da terra para os camponeses, com o objetivo central de produzir alimentos saudáveis e com baixo custo é compromisso de toda a sociedade Brasileira.

Ainda nesse capitulo faremos um breve histórico e análise da Juventude, trazendo alguns autores que discutem esses sujeitos e posteriormente o inicio do debate no MST.

2.1 Reforma Agrária Popular

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma organização coletiva de caráter político, sindical e popular, tendo como objetivo a luta pela terra, a reforma agrária e a transformação social, sua principal característica é a ocupação do latifúndio. Surgiu no contexto histórico de modernização no campo, junto com um processo altamente autoritário, que estimulava o uso massivo de agrotóxicos e a mecanização, processo esse conhecido como revolução verde - que provocou um enorme deslocamento do povo do campo para a cidade, um fenômeno conhecido como êxodo rural. Entre os anos 50 a 80, houve a maior migração do campo para a cidade no planeta, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),em 2014 apenas 14,57% da população brasileira viviam no campo. A seguir podemos observar o gráfico e constatar o aumento da população urbana e a diminuição no campo entre 1940 a 2010.

Gráfico 1 INDICE POPULACIONAL DO URBANO E RURAL



Fonte: (IBGE). www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em 18/05/2016

A história nos mostra que desde o período da colonização (1.500), uma das principais características da sociedade brasileira é o latifúndio, ou seja, a concentração da terra nas mãos de pouco.

De acordo com Bogo (2010):

> Os latifundiários são grandes capitalistas, e o latifúndio é explorado por empresas transnacionais, por bancos, pelos donos da indústria e do comercio. Investem na aquisição de florestas e de terras com grande concentração de água e de outras matérias-primas. A perversidade dessa prática não é apenas de fazer com que a terra fique sem produzir, quando poderia estar ajudando milhares de pessoas a arranjar trabalho, mas também a de condenar o interior do brasil a viver na miséria. Onde há latifúndio, sua identidade espalha a pobreza econômica, social e Cultural; onde entram as empresas as pessoas vão embora, expulsas do espaço que ocupavam. (BOGO, Ademar, 2010, p.68)

E foi a partir dessa contradição que o MST vem organizando os sujeitos do campo para resistir e lutar pela reforma agrária tem se conquistado várias áreas que estavam desocupadas e transformada em assentamentos com o objetivo de trazer as famílias de volta ao lugar de origem.

Essa organização sobrevive há três décadas com o compromisso de produzir alimentos de qualidade, baixo preço e fazer com que os sujeitos não só conquiste a terra, mas também conquistem a cidadania, como sujeitos construtores de sua

própria história e não subalternos, construindo os caminhos para a emancipação humana.

> Completar 30 anos de existência e se tornar o mais antigo movimento camponês já existente na historia do Brasil, organizado em 24 estados e em todas as regiões do país, tem um grande significado. É reafirmar os valores de solidariedade; é reafirmar o compromisso com uma sociedade mais justa e igualitária; é manter aceso o legado de milhares de pessoas e organizações que contribuíram com a luta do povo do campo e com a criação do MST, como por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comunidades Eclesiais de Base (CEB´S) e as Ligas Camponesas[5], além de ainda ser fundamental reafirmar o nosso compromisso em organizar o povo do campo (MST, 2014, p.).

Historicamente a Reforma Agrária se torna uma questão central, muitos dos problemas que vivemos hoje no Brasil têm sua origem na falta da Reforma Agrária, principal razão da violência e da pobreza. A reforma agrária é uma politica de governo que busca democratizar a terra numa determinada sociedade, garantindo que todos que queiram nela produzir e viver tenham condições. Uma das formas mais usadas para fazer a política de Reforma Agrária ao longo da historia foi com a desapropriação de grandes fazendas e latifúndios através do Estado, que redistribui as terras aos camponeses sem terra e assalariados, ou seja, o Governo/Estado paga ao fazendeiro ou grande latifundiário uma indenização pela terra, depois disso o Estado se torna proprietário da terra e a redistribui entre os sem terra, isso previsto no artigo 186 da constituição federal[56]. Também existem outras maneiras de se fazer a reforma agrária, como por exemplo, pelo confisco da terra, quando é passada para o estado sem nenhuma indenização ao fazendeiro. Outra maneira é quando o estado não paga pela terra, mas indeniza o antigo proprietário através de estrutura física que ele tenha construído na fazenda, como construção de casas e galpões. No Brasil isso acontece quando o proprietário se apropria de terra que não são suas, mas sim de domínio público ou do Estado.

---

[5] Um bom material para saber um pouco mais sobre as Ligas Camponesas é o filme "Cabra marcado para morrer" de Eduardo Coutinho, filme que começa a ser gravado em 1964, é interrompido pela censura da Ditadura Militar, e retorna a ser produzido quase vinte anos depois, mostrando o que aconteceu com os integrantes das ligas camponesas neste período.

[6] O artigo 186 da constituição Federal diz que, a função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecida em lei, aos seguintes requisitos;
I-aproveitamento racional e adequado;
II-utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente;
III-observância das disposições eu regulam as relações de trabalho;
IV-exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

No Brasil houve algumas tentativas de organizações para lutar pela realização da Reforma Agrária, em contexto não favorável para os trabalhadores como foi à ditadura militar que eliminava toda e qualquer forma de organização camponesa. Diante dessa realidade os conflitos por terra se multiplicaram, segundo dado da CPT, foi registrado, em 1979,715 conflitos em todo o país. Ainda numa tentativa de diminuir a organização dos camponeses, o governo aprovou em 1964, o estatuto da terra, uma legislação progressista no inicio da ditadura, que reconhecia a necessidade de que a terra precisava cumprir sua função social; produzir e respeitar os direitos trabalhistas e ambientais.

O estatuto seguia a orientação da aliança para o progresso, que era a articulação dos países capitalistas da América Latina, proposta pelo governo dos Estados Unidos, apontando algumas desapropriações de terras, mas cujo verdadeiro interesse era eliminar as reivindicações do campo e evitar uma revolução socialista sustentada pelos camponeses, como a que aconteceu em Cuba (MST, 2014).

O processo ditatorial trouxe consigo o projeto de monocultura e mecanização do campo, financiado pelo capital financeiro (Bancos), criação de grandes projetos como construção de hidrelétricas que fazia aumentar ainda mais o êxodo rural. O MST, nesse período histórico, iniciou várias ocupações de terra para dar visibilidade à sociedade sobre o problema que estava acontecendo no Brasil. Percebendo que organizações camponesas anteriormente foram derrotadas por seu isolamento, percebe-se também que é necessária uma organização nacional que tivesse seus objetivos claros e um programa de Reforma Agrária que trouxesse benefícios para o campo e para o conjunto da sociedade brasileira.

O Programa de Reforma Agrária Popular foi construído pelo MST ao longo dos anos. Esse programa busca mudanças estruturais na forma de usar os bens da natureza (Terra, Sementes, água e etc.) que pertencem a toda sociedade, na organização da produção e nas relações sociais no campo (MST, 2014). Contudo, a partir de 2012, o Movimento inicia um amplo balanço organizativo e da natureza da luta de classe, que resulta em que tem como meta-síntese o novo Programa Agrário da Reforma Agrária Popular, tendo em vista que a uma reforma agraria clássica os nos molde burguês, que apenas divida a propriedade da terra, integre os

camponeses como meros fornecedores de matéria prima e alimentos para os centros urbano-industrial, além disso, da necessidade de não conceder a terra como mercadoria para os interesses do capital.

Segundo Marx:

> Qualquer mercadoria se troca por outras, nas mais diversas proporções, por exemplo, uma quarta de trigo por x de graxa, ou por y de seda o z de ouro etc.ao invés de um só o trigo tem, portanto, muitos valores-de-troca. Mas, uma vez que cada um dos itens separadamente-x de graxa ou y de seda ou z de ouro-, é o valor-de-troca de uma quarta de trigo, devem x de graxa, y seda e z de ouro, como valores de troca, ser permutáveis iguais entre si. (MARX, Karl, 1818-1883, p.58).

Com isso, podemos dizer que a terra e os bens da natureza, tem que estar a serviço de toda a população, o acesso a água, fauna, flora, florestas, minérios, sol, solo e etc. tem que ser para todo o povo brasileiro, sem concentração da propriedade privada. Quando o Movimento se organiza tendo como projeto o programa de Reforma Agrária Popular, significa dizer que será fruto da união de trabalhadores rurais e urbanos, sendo somente possível com a unidade da classe trabalhadora pautar e pressionar os governos para a sua realização, ela é popular porque o interesse dela são os interesses dos trabalhadores e não os da burguesia, nem das empresas, bem como tem como objetivo criar poder popular a partir dos territórios.

Nesse sentido, construir a Reforma Agrária Popular, significa adotar um novo modelo de produção, baseado no manejo racional do meio ambiente, tendo como matriz tecnológica e forma de desenvolvimento para o campo a agroecologia, com uso de técnicas que garantam a sua produtividade, diminuindo a penosidade do trabalho agrícola, mas respeitando a saúde do camponês e do trabalhador urbano que consumirá os alimentos. Construir este novo projeto significa fortalecer a organização, a produção e a participação dos assentamentos, tal que, o assentamento deve ser um lugar bom de viver, que seja ao mesmo tempo um exemplo para a sociedade do país que se quer construir, com acesso a todos os direitos sociais como saúde, educação, lazer e cultura.

Portanto, a Reforma Agrária Popular que o MST defende, baseia-se na defesa da soberania, no respeito e no combate à mercantilização dos bens da natureza, tendo como objetivos:

- A terra e os bens da natureza tem que estar sob controle social e destinado aos benefícios do povo brasileiro e das gerações futuras, como também eliminar o latifúndio e demarcar e respeitar todas as áreas dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais e tradicionais;
- A água e as florestas nativas são bens da natureza e devem ser tratados como direitos, assegurar e preservar as águas e florestas, combater o desmatamento e o comercio clandestino e ilegal de madeiras;
- Preservar, multiplicar as sementes de acordo com a biodiversidade dos nossos biomas regionais;
- Assegurar que a produção seja desenvolvida com o controle dos trabalhadores sobre o resultado de seu trabalho, assegurar a produção de alimentos saudáveis, que os alimentos não sejam submetidos à lógica do lucro, pois o alimento é um direito do ser humano, promovendo as diversas formas de cooperação e instalações e agroindústrias;
- Garantir a população que vive no campo o acesso aos bens culturais e o direito à educação pública, gratuita e de qualidade, assim como também, incentivar, promover e difundir a identidade cultura e social da população do campo;
- Os trabalhadores do campo devem ter todos os seus direitos garantidos, sociais, previdenciários e trabalhistas, como também garantir condições dignas e jornadas adequadas de trabalho, combatendo o trabalho análogo à escravidão, expropriando todas as fazendas e empresas que fazem uso dessa prática. (Cartilha “Programa Agrário do MST”, ed.2013).

Ou seja, o campo deve se constituir num local bom de viver, em que as pessoas tenham direitos, oportunidades e condições de vida digna. É necessário ressaltar que a realização do PRAP somente será possível com a aliança entre o governo e os trabalhadores, e somente com a existência de um governo realmente popular, em que controle o Estado a serviço da maioria, e como em outros períodos da historia, dependerá do avanço das lutas da classe trabalhadora, promovendo mudanças na forma de funcionamento e na natureza das instituições públicas que atuam na agricultura.

2.2 Históricos sobre a juventude

Ao analisar a juventude, alguns autores compreendem essa categoria a partir da faixa etária, por exemplo, Pochmann (2004) afirma que; essa fase ocorre do período dos 15 aos 24 anos, e alerta para muitas possibilidades de composição desse tempo, como situações que envolvem não só o exercício do trabalho ou situação de desempregado, mas também a condição antecipada de ser pai ou mãe,

com a família constituída ou mesmo isoladamente; fase de estudo com residência distante dos pais, ou junto e dependente dos mesmos, ou ainda, com vida independente e família própria; possuir mais de 24 anos e ser dependente dos pais, pela situação de desempregado ou de ocupação com rendimento insuficiente.

Abramo (2005), por sua vez, ao analisar dados da sua pesquisa "Perfil da juventude brasileira" [7], afirma que a relação entre filhos e casamento entre os jovens e suas famílias tem se modificado. Conforme a pesquisa, nem sempre engravidar e ter filhos é motivo de não ser jovem. Além disso, aponta que a permanência dos jovens na casa de seus pais tem se prolongado até a idade adulta. Ainda fala dos diversos pontos de partidas utilizados no debate sobre o perfil do jovem, um deles é no que se refere participação dos jovens na vida política, participando na transformação ou conservação da sociedade, examinando suas opiniões e atuações que podem vir a interferir no destino do país e nas questões que os afetam. O outro é pelo contingente demográfico de determinado grupo, e sobre os problemas sociais que os afetam, para incluir nas políticas necessárias, e ainda partindo do pressuposto do jovem como sujeito de direitos, busca examinar o que constitui a singularidade da condição juvenil e quais os direitos que ela emerge, e que devem ser garantidos por meio de políticas públicas.

Nesse sentido, nessa pesquisa compreendemos que a condição etária é importante para entendermos esse momento, porque demarca e ajuda a ter uma maior objetividade. Além disso, a faixa etária condiz com condições de vida e necessidades comuns a esses sujeitos.

No Brasil, algumas normatizações podem ser destacadas no sentido de contribuir para o estabelecimento de um corte etário para a juventude. O estatuto da criança e do adolescente (BRASIL, 1990), define o período da adolescência dos 12

---

[7] A pesquisa "perfil da juventude brasileira" foi uma iniciativa do projeto juventude/instituto cidadania, com a parceria do instituto de hospitalidade e do SEBRAE. Foi realizada sob a responsabilidade técnica da criterium assessoria em pesquisas, retomando e ampliando temas e questões investigados em outubro de 1999, pelo núcleo de opinião publica da fundação Perseu Abramo. Foi um amplo levantamento quantitativo sobre esse contingente populacional, cujo planejamento atendeu ao proposito de que o estudo tivesse representatividade estatística nacional e permitisse que a abordagem se desdobrasse na apresentação de resultados desagregados segundo as características regionais e outros aspectos fundamentais.
Para melhor compreensão do que é a juventude brasileira respeitando a diversidade de temas e as características sócio demográficas e culturais que qualificam a juventude do pais.

aos 18 anos. A denominada [8]"lei do aprendiz"[7] estabelece proibição de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz (BRASIL,2000), a partir dos 14 anos. A lei 11.180 alterou, em 2005, as idades para o "contrato de aprendizagem" passando a abranger dos 14 aos 24 anos. Ainda nesse ano houve a criação da secretaria nacional de juventude pela lei n 11.129 de 30/06/2005, ambos no interior do poder executivo federal, estipulando a idade de 15 a 29 anos, a ser atendida pelos projetos e programas de governo voltados para a juventude.

Embora a Juventude possua marcas que definem o seu tempo de vida, não se pode ser definida apenas com um tempo em si, em que separa de outros, pois existem relações sociais que envolvem todos os outros tempos, precisamos compreender a juventude como categoria social em disputa, analisando que a temática da juventude é central tanto para projetos conservadores como revolucionários. No Brasil e em toda a América Latina, com o avanço do capitalismo neoliberal, tais sujeitos têm sido compreendidos por, pelo menos, três dimensões: a primeira, como mercadoria, sendo alvo de bombardeamento constante dos fetiches do capital, através do mercado de consumo e moldado a partir de sua lógica; a segunda, compreensão é do Banco Mundial (BM), que orienta os Estados, que compreendem a juventude como um determinado espaço de tempo (de 15 a 29 anos), que compartilham de necessidades e programas específicos; e, a terceira, é o olhar dos movimentos sociais populares e organizações de juventude, que compreende a juventude como força social que necessita estar organizada na luta por direitos, não que a juventude seja a salvação da pátria, os condutores do futuro, mas são os que vivem e sentem as mazelas do presente causadas pelo capital, sentindo-se provocados a agir como sujeitos que necessitam assumir seu papel histórico na transformação, inclusive com os jovens que estão saindo para o mercado de trabalho, que deixaram de estudar, que não se sentem mais jovens.

Por essas razões, tratar o tema juventude no MST é discutir neste momento qual a participação deste sujeito no quadro organizativo do próprio movimento. Isso não significa dizer que todos os jovens tendem a atuar nos espaços internos do movimento, pois existem muitas particularidades, e entender a diversidade da

---

[8] "Lei do Aprendiz", também conhecida como Menor aprendiz ou Aprendiz legal, é uma lei Brasileira aprovada em 2010 e regulamentada em 2005, onde determina que toda empresa de grande e médio porte deve ter de 5% a 15% de aprendizes. Os aprendizes são jovens de 14 a 24 anos que devem estar cursando ou terminando o ensino médio ou fundamental em uma escola publica.

juventude dos assentamentos e acampamentos será um trabalho em longo prazo. Mas é importante mostrar qual o debate do MST acerca da juventude nos trinta e dois anos de existência.

Com isso, observamos que a presença da juventude sempre foi visível na organização interna, estando em todos os espaços. Ao analisarmos a gênese do MST, detectamos a participação efetiva da juventude naquele momento histórico de sua constituição e identificamos que foi ela (juventude do Movimento) quem dirigiu o processo (MST, 2013). É também na existência de vários grupos de jovens que começam a atuar nos acampamentos e assentamentos de formas diversas, no desafio de trabalhar nos momentos de formação política, desde as primeiras experiências na educação, com projetos de alfabetização das famílias; nas áreas de cultura, com as diversas formas de expressão, como por exemplo, teatro, danças folclóricas e música; nos grupos de jovens das igrejas entre outros, lugares que temos uma participação massiva da juventude, bem como nas marchas e lutas, nota-se que não é um tema novo para o MST.

Nos anos 90 o debate da juventude aparece no movimento com as questões da educação e a constituição das escolas dos assentamentos. Neste período, percebe-se também uma maior participação dos jovens nas marchas, como também na construção de vários acampamentos de jovens nos estados e de encontros de formação nacional de jovens do MST de forma massiva.

Nos anos 2000, a partir da palavra de ordem do 4° Congresso Nacional do MST - “Reforma Agraria: Uma luta de todos” - os trabalhos com a juventude também é feito em espaços externos, isto é, com a juventude urbana, como forma de articular o Movimento Estudantil (ME). Ocorreu o Encontro Nacional de Universitários (ENU) na Unicamp em 2001 em articulação com as forças do ME que atuavam na União Nacional dos Estudantes (UNE); depois foi realizado, também junto ao ME no ano de 2004, o Encontro Nacional de Estudantes e Jovens por Trabalho, Educação e Reforma Agrária (ENETERRA), construído nos marcos da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), no qual foi apontado para o fortalecimento da CMS em todo país, no intuito de organizar em todos os estados e criar espaços para a participação da juventude. Também foi realizado o I Seminário da Juventude da CMS, em 2006, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), pensado em construir um processo de luta que unificasse as pautas da juventude.

Já em 2005, a marcha pela Reforma Agrária, em que a maioria dos marchantes eram jovens, foi um marco na necessidade de construir um espaço dentro do MST, onde os jovens pudesse ter participação mais orgânica no MST e não apenas participar das atividades (MST, 2013). Neste processo se constrói o Coletivo Nacional de Juventude, como parte da organicidade do MST e durante o 5° congresso foi realizado a primeira assembleia de jovens do MST.

A partir desse início de articulação, percebe-se a possibilidade de avançar ainda mais. Nesse sentido foi construído o Coletivo de Juventude da Via Campesina, Movimentos e organizações urbanas, no final de 2006, fazendo parte mais de 20 organizações do país, desde os movimentos da Via Campesina, ME, movimento negro, Sem Teto e uma série de outros movimentos. Os objetivos eram de construir um coletivo onde pudesse pensar um processo de formação política, organização e luta para a juventude do campo e da cidade (MST, 2013).

Contudo, nesse momento, o público principal, não seria a juventude já organizada no ME, nem nas organizações tradicionais da cidade e em partidos, mas prioritariamente os sujeitos jovens da classe trabalhadora que estavam nas periferias das grandes cidades e não participavam desses espaços historicamente instituídos. Então se iniciou o programa nacional de formação da juventude da classe trabalhadora, que em mais de 12 estados contribuiu em um processo de avanço de consciência dessa juventude; realizou-se a I Jornada Nacional em Defesa da Educação, em um processo de grande articulação em que foram mobilizados mais de 20 mil jovens, em 20 estados do país; e para encerrar esse processo de formação foi realizado o I Encontro Nacional da Juventude do Campo e da Cidade (ENJCC), reunindo mais de 1200 jovens, de 96 organizações, de 20 estados do Brasil em Niterói no Rio de Janeiro, para identificar coletivamente os problemas conjuntos da juventude do campo e da cidade e propor saída pra eles, onde a luta de massas foi apontada como o principal instrumento de pressão. Assim, vale citar Lenin, quando ele diz:

> Enquanto os operários e os camponeses estiverem oprimidos pelos latifundiários e capitalistas, enquanto as escolas continuarem nas mãos de latifundiários e capitalistas, a geração jovem permanecerá cega e ignorante. (Lenin, Vlademir, 2002, p.26)

Com isso, se afirma que a inserção em um contexto de luta de classes, onde a classe dominante se apropria dos meios de produção, educação e comunicação

com muita voracidade a fim de oprimir a classe trabalhadora e com isso disputar a juventude. No entanto, com a unidade da juventude e a formação política com o objetivo de formar consciência dos trabalhadores, têm-se avanços significativos para contrapor com esse modelo. Avançar no trabalho de base e articulação com a cidade é um dos compromissos do movimento, pois acreditamos que a história de todas as lutas e conquistas se deu através da unidade (MST, 2013).

Uma questão a ser levada em conta é que a discussão sobre a juventude ainda não está inserida em todos os espaços do MST, apesar de a mesma esta inserida neles desde o início, são desafios que estão relacionados com o debate sobre identidade que também não acharemos subsídios para abordar essa questão na pesquisa, mas o que nos leva a inferir, que o processo de organização do coletivo de juventude e os incentivos de políticas públicas, através de projetos no qual vamos trazer presente nas próximas páginas nos farão refletir sobre determinado assunto.

3. COLETIVO DE JUVENTUDE DO MST NO RIO GRANDE DO NORTE

Nesse capítulo traremos o resgate da trajetória do coletivo de Juventude do MST no Rio Grande do Norte, o que impulsionou a criação, a partir da necessidade real de um espaço em que a juventude sentisse sujeito construtor do processo de luta pela terra, permanência no assentamento e por políticas publicas, deixando aqui destacado a dificuldade de encontrar uma bibliografia que trouxesse em embasamento teórico a essa discursão, devido a recém consolidação do coletivo de Juventude e a falta de estudos nos meios acadêmicos sobre a organização da Juventude.

3.1 Gênese e Construção

O coletivo de juventude do Rio Grande do Norte, é o espaço em que a juventude das áreas de acampamentos e assentamentos se auto - organizam, constroem processos de formação e se fortalecerem enquanto sujeitos; identidade social – de Juventude Sem Terra; força política na luta pela Reforma Agrária Popular, transformação social; e zeladora do MST, enquanto organização, patrimônio histórico do povo Sem Terra e do conjunto da classe trabalhadora.

Sob tais princípios, que no Rio Grande do Norte, o coletivo de juventude, sendo comumente, o primeiro espaço em que a juventude se junta a partir das suas realidades, se construindo em várias dimensões e emponderando-se como sujeito Sem Terra.

Nesse sentido, organizam-se em coletivos nas suas áreas, realidades em que vivem (acampamentos e assentamentos), formando coletivos regionais e estaduais. Tal que, constroem processos de formação: formal, política e cultural, bem como técnica.

As primeiras articulações para a criação do coletivo iniciaram no final de 2007, e início de 2008, porém já existia um representante da juventude que participava da direção estadual do MST no RN.

O coletivo de juventude surgiu a partir da necessidade de organizar a juventude dos assentamentos e acampamentos, num período em que surgia uma nova militância jovem, e precisava-se discutir o papel desses sujeitos na construção

da organicidade do MST no estado, assim como também perceber e reconhecer as pautas que eram reivindicadas naquele momento.

Inicialmente, das oito regiões em que se organiza o MST do Rio Grande do Norte, atualmente, apenas quatro regiões estiveram envolvidas diretamente na construção das atividades de formação do coletivo, foram elas: região do mato grande (localizada na região metropolitana do estado), região oeste e a região do litoral, com o total de cinco municípios envolvidos, sendo eles: Ceará Mirim é um município brasileiro do estado do Rio Grande do Norte, localizado na Grande Natal, na microrregião de Macaíba, na mesorregião do Leste Potiguar e no Polo Costa das Dunas. De acordo com o censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano 2015, sua população é de 72.878 habitantes. Área territorial de 740 km². Localizado a 28 km da capital do estado (Site: www.wikipedia.org/wiki/Ceará-Mirim. Acesso em 08/082016), é também conhecida como cidade dos verdes canaviais pelo fato de que historicamente produziu monocultura de cana de açúcar em larga escala, atualmente a usina se encontra em estado de falência, é onde está localizado o maior numero de assentamentos do estado, no qual conseguimos mobilizar sessenta jovens.

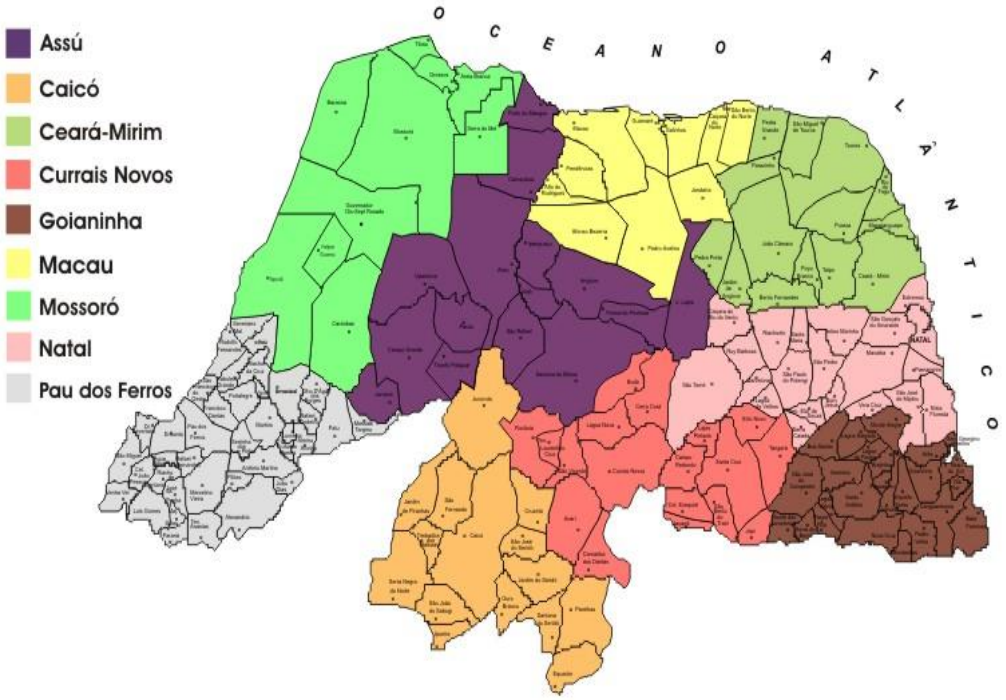
Carnaubais é um município brasileiro do estado do Rio Grande do Norte localizado na microrregião do Vale do Açu. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2010 sua população era estimada em 9.775 habitantes. Área territorial de 530 km² (Site: https://pt.wikipedia.org/wiki/Carnaubais. Acesso em 16/08/2016) está também localizado na região considerada pelos movimentos sociais do campo como o berço do agronegócio por ter a empresa da produção de Fruticultura irrigada. Macaíba é um município brasileiro situado no estado do Rio Grande do Norte. Localiza-se às margens do Rio Jundiaí a 14 km da capital estadual, Natal, do qual integra a região metropolitana. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), sua população é de mais de setenta mil habitantes, distribuídos numa área territorial de 512 km² (Site: www.wikipedia.org/wiki/Macaiba. Acesso em 16/08/2016). Mobilizamos sessenta jovens

Outro município é Canguaretama é um município brasileiro do estado do Rio Grande do Norte pertencente à Microrregião do Litoral Sul, na Mesorregião do Leste Potiguar. Situa-se na faixa litorânea meridional do estado, ao sul da capital, Natal, distando desta 67 km.[9] Ocupa uma área de 245,529 km², sendo que 1,6578 km²

estão em perímetro urbano,[6] e sua população foi estimada no ano de 2015 em 33,623 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,[5] sendo então o décimo quinto mais populoso do estado e primeiro de sua microrregião (Site: www.wikipedia.org/wiki/Canguaretama. Acesso em 16/082016). Mobilizamos trinta jovens.

Por ultimo, Mossoró, é um município brasileiro no interior do estado do Rio Grande do Norte, situado na mesorregião do Oeste Potiguar e microrregião homônima. Ocupa uma área de aproximadamente 2 100 km², sendo o maior município do estado em área, estando distante 281 quilômetros da capital do estado, Natal. Em 2015 sua população foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 288,162 habitantes, sendo o segundo mais populoso do Rio Grande do Norte (ficando atrás somente da capital) e o 92º de todo o país. (Site: www.wikipedia.org/wiki/Mossoro. Acesso em 16/08/2016). Em seguida podemos observar a imagem para termos uma melhor compreensão do estado do Rio grande do Norte

Figura 2: MAPA DO RIO GRANDE DO NORTE



Fonte: www.ibge.gov.com.Acesso em 16/08/2016

Em 2008, iniciou-se uma articulação da juventude envolvendo os movimentos a Via Campesina e movimentos urbanos, com o objetivo de fortalecer a unidade e

lutar por pautas comuns. A essa articulação e unidade de movimentos denominava-se “Coletivo de Juventude Campo e Cidade”, do qual faziam parte, o Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), Marcha Mundial de Mulheres (MMM), Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DCE-UFRN), Movimento do Hip Hop, Conselhos Comunitários, Sindicatos, Consulta Popular (CP), dentre outros.

O ponto de partida foi à realização de um curso de formação para esse público do campo e da cidade, que era realizado no Centro de Capacitação e Treinamento Patativa do Assaré, na cidade de Ceará Mirim, os temas que eram debatidos no curso e estavam diretamente ligados com a realidade da juventude, temas como: Negritude e Questão Étnico-Racial no Brasil, Pensamento Social e Econômico Brasileiro, Luta de Classes e Movimentos Sociais, Questão Agrária no Brasil.

Esse curso foi realizado em oito etapas de uma semana, onde os jovens ficavam em tempo integral no CCTPA, a formação era dividida em dois tempos, o tempo escola, no qual se dedicavam ao estudo coletivo com professores ou facilitadores em sala de aula, e o tempo comunidade, onde era voltado para realizar atividades práticas da militância nos movimentos no qual cada jovem fazia parte, e assim como também, se dedicar as leituras e trabalhos individuais ou em grupos.

Outra experiência de formação foi o Curso de Realidade Brasileira (CRB), que foi realizado em seis módulos, com o mesmo público e a mesma metodologia, mas esse realizado com a parceria dos movimentos sociais e departamento de ciências sociais da UFRN.

Toda a formação da Juventude era permeada por espaços de debate, vivências e lutas, com a participação na construção das várias lutas sociais do momento, desde as ocupações de latifúndio, a ocupações de prédios públicos na cidade.

Depois desse processo de formação e construção com a juventude da cidade, o movimento passou por uma avaliação interna nacional e estadual, chegando à conclusão que se tinha avançado muito na articulação com a cidade, porém não com a organização da juventude dos assentamentos e acampamentos.

Dessa forma, foi apontado a construção de um processo de articulação e organização da juventude do MST e construir um trabalho com a nossa própria base social, onde a juventude ganha uma importância grande, já que há muitos jovens nos acampamentos e assentamentos. É nessa realidade que as ações do movimento estão sendo construída desde 2008, sem perder o acúmulo gerado nas articulações para fora.

A partir de então, o movimento no RN, iniciou ações, na tentativa de organizar e consolidar os coletivos de juventude nas oito regiões do estado. Assim eram realizadas reuniões, assembleias e planejamentos, porém essas atividades tinham pouco êxito, pois, por mais que se construísse a compreensão da necessidade de organização, os limites se impunham nas dificuldades de construção das ações concretas, que dessem dinâmica aos coletivos e os consolidassem.

Além disso, se percebia o desafio da construção da identidade, de reconhecer-se como juventude, bem como se reconhecer como juventude Sem Terra, além do desafio de garantir a permanência nos assentamentos e acampamentos, pois esses espaços não eram mais atrativos, faltavam condições de trabalho nos lotes de seus pais, educação, muitos saiam com a justificativa de se ter bons estudos na cidade e principalmente fetichizados pela forma de lazer que o espaço urbano proporcionava, como por exemplo, à moda dos Shoppings Centers. Necessita-se assim, de uma discursão urgente acerca das políticas e públicas que a juventude do campo não tinha acesso.

Após o VI Congresso do MST, o coletivo de Juventude construiu um planejamento anual pra 2014, que trazia elementos novos para a sua organização, reafirmando: o compromisso de continuar fortalecendo a organização e lutando na construção da Reforma Agrária Popular; formação dos coletivos nas áreas de assentamentos e acampamentos; comprometendo-se em cultivar no dia a dia a mística revolucionária; a ter a humildade para reconhecer as deficiências e desvios organizativos; construir novas relações sociais, culturais e de gênero, avançando na agroecologia e na educação do campo; mantendo coerência com os princípios organizativos e acesa a chama da indignação contra as injustiças, às formas de exploração e opressão, como o machismo, racismo, homofobia e todas as expressões de opressão; além de radicalizar a luta de classes, construindo unidade entre o campo e a cidade.

Assim, a Juventude Sem Terra, aponta a criatividade, e reafirma valores de rebeldia, ousadia como marcos para o chão da história, sendo mais uma trincheira no caminho da emancipação das trabalhadoras e trabalhadores do mundo.

3.2 Organicidade

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está organizado em 23 estados e no Distrito Federal, com famílias organizadas em assentamentos e acampamentos, onde em torno de uma única proposta desenvolvem atividades diversas. Com uma forma de organização a partir das realidades das famílias. A organicidade do MST se dá por meio da direção coletiva, onde todos constroem as linhas políticas e tomam as decisões, através de núcleos de base coordenações, assembleias de famílias e setores e coletivos.

Nessa organicidade estão os coletivos de Juventude, que se organizam na base (assentamentos e acampamentos), daí tiram seus representantes da região, nos quais todos fazem parte do coletivo estadual e desse coletivo elegem uma representação do estado para participar das reuniões e atividades nacionais, garantindo sempre a paridade de gênero, fazendo com que as mulheres participem em todos os espaços.

No Rio Grande do Norte, a dinâmica do coletivo de juventude, construiu como meta-síntese frentes de atuação, sendo estas: Agroecologia, Produção e Cooperação; Educação e Formação; Cultura, Esporte e Lazer; e Trabalho e Renda, sendo transversal a todas essas frentes, o debate de gênero e diversidade sexual, em que compreendem como princípio para construir novas relações de gênero, que supere as opressões e que forje o “novo” homem e a nova mulher, sendo este um debate de bastante centralidade para juventude, pois apontam se coloca como um limite para permanecer no campo.

Essas frentes ainda são recentes na organização do coletivo, mas foram apontadas das vivências, do estudo da juventude sobre sua atuação na construção da reforma agrária, mas também como reafirmação das necessidades e direitos para viver dignamente no campo, e que a luta pela Reforma Agrária Popular precisa considerar.

Como sabemos nas últimas décadas a realidade do campo mudou bruscamente, causando muitos retrocessos para classe trabalhadora, com a expressão do modelo do capital no campo - o agronegócio. O movimento faz a

análise sobre este modelo, está em curso à exclusão total da juventude no campo, o que pode acarretar um ambiente bastante conveniente e constituir terreno fértil para a perpetuação desse modelo.

Nesse sentido, se faz necessário que o movimento em unidade fortaleça a juventude da classe trabalhadora, investindo em possibilidades de viver no campo, rompendo com os mitos de associar ao campo ao atraso – motivo que faz com que muito jovens abandonem o campo e vão para a cidade se submeter aos subempregos, em nome do mito do desenvolvimento e várias outras coisas.

Outro fator é com relação à juventude já inserida, que não se ver como juventude, isso, pois se percebe que o movimento tem um caráter predominante de frente de massas, assim a juventude ao se inserir, acaba se embrutecendo, não se reconhecendo como juventude. Daí, fortalecer os coletivos de juventude, investindo na cultura, no sentimento de pertença ao movimento, na agitação e propaganda, e comunicação, aprofundando a organicidade, por uma busca de novas relações, estar colocado como desafio para o movimento. Porém, há uma compreensão que essa mudança não se dará sozinha, pois é necessário que a juventude da cidade também incorpore novos valores, diferente da mercantilização que se é feito, que é mitificado como desenvolvimento.

Nesse sentido, é que a Juventude Sem Terra aponta em todas suas atividades, planejamentos e documentos: o compromisso de buscar unidade entre a juventude do campo e da cidade da classe trabalhadora, pois nessa nova fase de luta, a juventude tem papel fundamental e estratégico, desde a ruptura de vícios do movimento, a reinvenção e radicalização da luta de classes, forjando o combate ao capitalismo e suas expressões no campo e na cidade, que se reinventam constantemente.

4. OS IMPACTOS DO PROJETO: “FORMAÇÃO DE AGENTES CULTURAIS E COMUNICADORES POPULARES DA REFORMA AGRARIA” COM APOIO DO BNB

Nesse capítulo, discutiremos o projeto “Jornada de Formação de Agentes Culturais e Comunicadores Populares da Reforma Agrária”, e os impactos causados por ele no coletivo de Juventude, desde já adiantamos que o projeto foi uma iniciativa dos agentes envolvidos, potencializou no Rio Grande do Norte, as condições objetivas para o processo de organização, no que tange a possibilidade de formação técnica e cultural dos sujeitos a partir de suas áreas, e de um processo de mobilização da base.

4.1. O Banco do Nordeste do Brasil

O Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB) é uma instituição financeira múltipla criada pela lei Federal n° 1649, de 19.07.1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do governo federal (Site: www.bnb.gov.br. Acesso em 31/05/2016). O BNB atua em nove estados do nordeste (Maranhão, Piauí, ceara, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, A lagoas, Sergipe e Bahia) e sua sede fica localizada em Fortaleza, estado do Ceará, e é uma instituição que opera como órgão executor de políticas públicas. Em 2015 iniciamos um processo de lutas e articulações do coletivo de juventude junto ao governo que se desencadeou na parceria com o BNB, através do projeto “Jornada de Formação de Agentes Culturais e Comunicadores Populares da Reforma Agrária”, uma iniciativa do coletivo de juventude do MST/RN e o CCTPA.

O que justifica essa articulação e iniciativa com o banco é que o estado do Rio Grande do Norte possui hoje cerca de 290 Assentamentos da Reforma Agrária, onde vivem mais de 30.000 (trinta mil) famílias, além de outras 3.000 (três mil) famílias, que vivem em acampamentos em todo o estado. A maioria desses assentamentos está localizada em municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), onde há pouco investimento em políticas públicas e onde o acesso à cultura, à comunicação e à informação é mínimo.

Com isso, foi proposta ao BNB por meio do projeto, a realização de atividades com o objetivo de inserir e capacitar 200 (duzentos) jovens do meio rural, dentro da faixa etária de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, oriundos de assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária do Estado do Rio Grande do Norte, nas diferentes linguagens artísticas e da comunicação, visando não somente à sua formação técnica, mas como protagonistas da sua produção cultural nessas linguagens artísticas, como por exemplo, no teatro, dança, pintura e na música, mas também na sua formação como cidadãos críticos e conscientes do sentido da cultura como instrumento de transformações individuais e coletivas.

> Cultura deriva do verbo latino colo que significa cultivar. Quem cultiva intervém parar cuidar direito. Afasta do "redor" o indesejado para que não se aproxime e asfixie o objeto do cuidado que vive em certas circunstâncias. Lutar pelo poder é lutar pelo direito livre desse cultivo da cultura de participar. (Bogo, Ademar, 2010, p.156)

Foram realizadas atividades em 5 (cinco) assentamentos localizados, em 5 (cinco) municípios, distribuídos nos território: Mossoró-Assú, Mato Grande e Trairi. As ações foram executadas no período de 01 de setembro a 31 de dezembro de 2015, momento que se iniciava a formação e consolidação dos coletivos de juventude das diferentes regiões. As atividades tiveram a duração de três dias e culminou com o IV Encontro Estadual da Juventude Sem Terra, com o tema: "A Juventude Sem Terra na Construção da Reforma Agrária Popular – antirracista, feminista e colorida", também com a duração de três dias.

Nos encontros regionais foram realizadas oficinas de diferentes linguagens e formação em Produção Cultural e Comunicação. Já o Encontro Estadual teve o objetivo de socializar experiências, haja vista, os jovens eram de regiões e assentamentos diferentes. Essas atividades necessitaram de articulações, mobilizações e formação da juventude, para Isabel da Silva, membra do Coletivo Estadual de Juventude; "os encontros ajudam e motivam a juventude das nossas áreas de acampamentos e assentamentos a perceberem que ser jovem Sem Terra, é ter a responsabilidade e comprometimento de continuar construindo uma história de luta, que muitos jovens há mais tempos iniciaram". (Entrevista 30/08/2015)

Em sua luta por terra e dignidade, o coletivo de juventude permanentemente também reivindica esse acesso à produção e à fruição de bens culturais e de meios

de comunicação. Uma cultura e uma comunicação da qual eles sejam sujeitos, e não apenas receptores, que represente a sua realidade e especificidade, que dê voz aos seus anseios, que fortaleça a sua identidade enquanto homens, mulheres e jovens do campo.

> Cada grupo social possui seus traços de identidade que se mantêm nos hábitos alimentares, nos quais cada qual dá uma utilidade diferenciada ao milho, fazendo a broa, a polenta, o cuscuz, o pão de milho, a pamonha, o mungunzá, ou com o aipim, extraindo a farinha, a goma, o biscoito, o biju, a tapioca etc.(Bogo, Ademar, 2010, p.105).

É esse trato com os alimentos, com as diversas formas de cultivar distingue os sujeitos do campo, que traz consigo simbologias e características próprias, portanto necessitam do direito ao domínio dos seus bens. O conceito de cultura pode ser analisado como todo um processo social, todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, a percepção de nós mesmos e de nosso mundo. Nesse sentido, as expressões culturais de um determinado grupo social representam muito mais do que simples entretenimento, mas é elemento de caráter agregador a identidade desse coletivo, expressões de seu ser coletivo. Assim, o expressar-se culturalmente se torna elemento fundamental para o desenvolvimento desses grupos sociais.

Em tempos de cultura de massa, onde a grande indústria cultural [9]instaura um modo de controle dos sistemas sociais como um todo, na pretensão de instaurar "um pensamento e uma cultura única", a diversidade cultural representada pelas expressões de cultura popular dos diferentes grupos sociais vem cada vez mais perdendo espaço. Os povos do campo, em especial a juventude, vêm sendo engolidas pela cultura de massa que representa basicamente a vida urbana e que pouco tem a ver com a realidade e a vida do grupo social em que estão inseridos.

Logo, investir na promoção da cultura popular entre esses jovens é fundamental, capacitando-os para que possam contar suas próprias histórias, mostrar à sociedade seus modos de vida, seus anseios, suas visões de mundo, e ao mesmo tempo, divulgar a diversidade de sua cultura diferenciada, realizando uma dinâmica de exercício de direitos e deveres de cidadania, que vai sendo conquistada num processo lento, mas que transcende os limites do imediato, espalhando valores

---

[9] Indústria cultural é o termo utilizado para designar esse modo de fazer cultura, a partir da lógica de produção industrial, Ver mais informações em: ADORNO, W Theodor. **A indústria Cultural e Sociedade**, São Paulo: Paz Terra, 2009.

e esperanças. Esse projeto objetivamente se inseria nessa proposta, de ser um incentivador para que a juventude dos assentamentos e acampamentos pudessem ser construtores e multiplicadores das expressões culturais.

Assim como a terra, há a denúncia por esses sujeitos que a cultura também os foi roubada e privada, para tanto, apontam a necessidade de cuidar e proteger o que ainda há, para que não seja apropriado por completo pelo capital, lutar pelo resgate e para que haja acesso as diferentes expressões culturais, é negar a cultura que é imposta pela classe dominante e assumir que esses sujeitos tem uma posição de classe, que é o da classe trabalhadora e outro projeto que se contrapõe ao do capital, que é uma sociedade sem exploração do homem pelo trabalho e sem dominação das ideias através dos corações e mentes.

4.2 Com a palavra a Juventude

O coletivo de juventude do MST/RN aponta que os impactos causados pelo projeto vêm desde a sua elaboração, aprovação à execução. Ele iniciou a partir da luta concreta do coletivo de Juventude, ao chegar à conclusão de que necessitavam de politicas públicas que incentivasse a participação da Juventude na organicidade dos assentamentos e acampamentos do MST, foi quando nas jornadas de mobilização esses sujeitos colocaram em pauta para o Estado e Governo, a Cultura, arte e lazer nas áreas de Reforma Agrária do Rio Grande do Norte, como relata um dos entrevistados: “Houve impacto desde o inicio da construção do processo [...] o projeto ele possibilitou que a gente conseguisse as condições concretas pra efetivar o planejamento, desde a gente conseguir se encontrar, ir nas áreas para realizar as atividades”. (Entrevista realizada 26/05/2016).

O coletivo de Juventude não é financeiramente autônomo, e realiza suas atividades por meio de contribuições das próprias famílias que estão assentadas e acampadas, o projeto veio para dar o suporte e fazer com que os organizadores pudessem ir até o local onde se realizariam as atividades do projeto e construir coletivamente com os próprios participantes.

A primeira etapa do projeto foi realizada com reuniões, palestras, oficinas e jornadas culturais nos assentamentos e acampamentos, trazendo temas relacionados à questão agrária, a conjuntura atual do país, cultura, comunicação, e as oficinas eram diversas como, por exemplo, pintura, música, percussão, teatro e

por fim a atividade da amostra cultural que eram feitas no espaço urbano mais próximo para mostrar o resultado das oficinas, e lá se tinha diversas manifestações de expressões culturais, ao falar da importância dessa primeira etapa de atividades um dos entrevistados diz: “foi um mecanismo muito importante de organizar a juventude nos seus próprios espaços, pois uma das grandes dificuldades é a juventude se reconhecer naquele lugar, como identidade, e o primeiro passo é ela se sentir e se organizar naquele espaço [...] e os outros moradores também vê que os jovens querem alguma coisa pra comunidade" (Entrevista realizada em 26/05/2016).

A segunda etapa se deu no encontro estadual que foi o momento de socialização de todas as regiões do estado, possibilitando a troca de experiências e a vivência dos jovens de diversos assentamentos e acampamentos.

Em diálogo com a juventude participante do projeto pudemos observar claramente os impactos em quatro eixos, utilizados nas perguntas das entrevistas para facilitar a coleta de informações, são eles: político, cultural, formativo, ambiental.

a) Nos **impactos políticos** aparecem elementos que se referem à organização e participação dos sujeitos na construção do projeto e consequentemente do coletivo, o reconhecimento da identidade de juventude, e mais além, de Juventude Sem Terra, onde colocavam a necessidade de execução do projeto. Uma das entrevistadas afirma dizendo: “o impacto político é o processo de organização da juventude, processo de formação, processo de organização do coletivo nas áreas é [...] o processo de fazer com que essa juventude se reconheça enquanto juventude sem terra, enquanto juventude da classe trabalhadora é sentir a necessidade de se organizar” (Entrevista realizada em 26/05/2016).

   Nota-se que o desafio de organização da juventude nos assentamentos e acampamentos é colocado pelos entrevistados a todo o momento, quando dizem “fazer com que essa juventude se reconheça enquanto juventude sem terra”, sendo que não é algo que basta dizer e fazer com que eles compreendam que necessita da organização, e sim que é um processo cultural de formação de gerações que o MST, em que a reafirmação demarca a necessidade que o movimento priorize em todos os espaços de discursões,

procurando meios de garantir a construção e consolidação da juventude nos coletivos.

b) Os **impactos culturais** iniciam com um processo de debate e resgate da cultura das regiões do estado, regiões ricas de cultura de resistência e de luta pela própria sobrevivência do povo nos espaços em que vivem. Entendendo a partir das atividades do projeto que a juventude é herdeira e construtora da cultura. Foram feitas várias atividades de resgate da cultura popular e camponesa.

c) Os **impactos formativos** se deram na abordagem de vários temas que implicam diretamente na vida da juventude, mas também todo o processo, desde a elaboração a execução do projeto foi formativo para os participantes. Além disso, o próprio processo de formação política e ideológica, bem como a própria formação nas linguagens e a iniciação a apropriação técnica destas.

d) Os **impactos ambientais** vêm junto com o projeto de sociedade que O MST coloca, e discute o papel da juventude na construção da Reforma Agrária Popular. "[...] é uma reforma agrária popular em que a juventude reafirmou que é sujeito de luta e assume a pauta, mas também, sujeito de luta de recolocar essa bandeira é [...] essa pauta estruturante na sociedade, mas também entender que a reforma agrária popular ela precisa entender a juventude enquanto sujeito protagonista". (Entrevista realizada em 26/05/2016).

Com isso, reafirma-se que a Reforma Agrária Popular não é só democratização da terra, ela perpassa pela construção de vida digna no campo, saúde, educação, cultura, lazer e o combate ao patriarcado e às expressões de opressão dele derivam, pois pelo que observamos nos diálogos esse último é muito forte, por mais que a juventude esteja inserida no campo, envolvidas nos processos ela não se sente sujeito. Segundo entrevistada "é mais propício à juventude ir morar na cidade, no desemprego, do que tá no campo com sua família, mas que não é sujeito de sua vida, não tem trabalho, nem autonomia". Com o projeto começou a perceber a construção coletiva de sobrevivência naquele espaço, e que o enfrentamento, superações, lutas, não podem ser de outra forma, senão coletivas – isto é, como princípio. Os diversos impactos que foram analisados na pesquisa estão interligados, como podemos observar na fala de uma entrevistada:

> O processo de formação é um processo cultural, o processo de luta é um processo de formação cultural, entendemos que nesse processo eles andaram juntos, a cultura como instrumento de formação política, a política como processo de organização, e que projeta a luta, né? Então não há essa dissociação de entender, política, formação e cultura, mas que a juventude sem terra ela se forja nesse processo. (ENTREVISTA, 26/05/2016)

O coletivo de Juventude procurou com o projeto do BNB, realizar atividades de formação e culturais, em todo o Rio Grande do Norte, atividades que reunissem a Juventude e iniciassem o processo de organização dos coletivos nas áreas de assentamentos e acampamentos e consolidasse o coletivo estadual.

Ao perguntarmos você acha que o projeto alcançou o objetivo? O entrevistado responde:

> "acho sim, agente conseguiu realizar todas as atividades, teve um acumulo politico né? Eu acho que até superou os objetivos meramente que estavam no projeto, porque ele constrói as condições pra além do projeto. pra além de realizar uma atividade, ele construiu as condições de organização da juventude nas áreas, colocando para as comunidades e para o conjunto do movimento a juventude como sujeitos políticos". (Entrevista 26/05/20016).

Após a execução do projeto, o coletivo de Juventude continua reivindicando do Governo e do Estado: Projetos de esporte, cultura, lazer, educação, trabalho e renda que garantam permanecer no campo com condições dignas de vida. E também reivindicando a reafirmação enquanto sujeitos de luta e que demandam ser prioridade para o conjunto do MST, como também continuam realizando as suas atividades de organização sem ajuda do Estado ou governo, pois segundo eles o MST e o coletivo de Juventude existem e continuará existindo independentemente de qualquer órgão institucional/Governamental, prova disso é os quase 32 anos de existência do MST, mas reafirmam a convicção de sujeitos de direitos, e direitos esses que precisam ser cobrado permanentemente com a organização e luta dos mesmos.

CONCLUSÃO

A discussão sobre as condições de viver dignamente no campo é, historicamente, central nas lutas pela terra e pela reforma agrária, sendo a democratização pela terra a condição primeira, e que o processo de luta, se apontam uma série de outras demandas como: educação do campo, trabalho, cultura, lazer e outros. Todavia, a o avanço do agronegócio e a opção política do Estado brasileiro pelo mesmo, além de bloquear a reforma agrária, representa inviabilização e ausência de várias políticas públicas para os povos do campo.

Nesse contexto, para a juventude do MST/RN o acesso a políticas públicas não se dá de outra forma, senão pelo processo de organização, lutas e articulações, que demandam não somente garantir o acesso, mas pensar essas políticas considerando-os como sujeitos políticos desse processo, desde a construção a efetivação destas. Essas reinvindicações são reafirmações da percepção que essa juventude tem sobre as políticas públicas, que não são apensas demandas coorporativas, mas processo que deve partir de suas respectivas realidades, tal qual é os seus processos de organização, e estas para além de atendê-las, constitui processo de emancipação humana.

E é a partir dessa compreensão, que a juventude fez uso do “Projeto de Formação de Agentes Culturais e Comunicadores Populares da Reforma Agrária”, garantido e executado a partir da luta e processo de organização do povo Sem Terra, não abrindo mão, da compreensão que é dever do Estado garantir as políticas públicas. Mas que esse Estado burguês, que no campo, tem um lado, o lado do agronegócio, sem luta não garantirá nada para juventude e os camponeses.

Na trajetória da pesquisa surgiram muitos temas, que a própria juventude apontou como inquietações, tal como: a relação do Estado e os Movimentos Sociais; o debate sobre o Trabalho; compreensão sobre a identidade de juventude e juventude Sem Terra; o debate das Políticas Públicas; o debate sobre o Patriarcado; e o debate da teoria da organização e as formas de organização desse momento histórico, que colocam como demanda política para o próprio MST.

Durante a pesquisa, percebe-se também que há um vazio de estudos no Serviço Social sobre a juventude camponesa, ainda mais quando se considera, que

a esses profissionais competem a construção e acompanhamento da aplicação de diversas política, que envolvem os sujeitos do campo – da infância a juventude. Verifica-se ainda, como demanda a consideração desses sujeitos na construção das políticas públicas, que exige do profissional do Serviço Social dinâmicas de trabalho de forma que os incorporem ao processo.

Além disso, percebeu-se no seio do próprio movimento, que embora sua trajetória de mais de trinta anos de existência, há poucas formulações no que concerne ao debate da Juventude Sem Terra, esse é um desafio que está posto para o movimento inclusive pensar o papel da juventude na construção da Reforma Agrária Popular, bem como pensar seus espaços.

No Rio Grande do Norte, especificamente, percebe-se que a juventude demanda uma legitimação, enquanto sujeito de luta, dos seus processos de organização, elemento que aparece durante todos os diálogos das entrevistas. Sendo ainda desafio a consolidação dos coletivos na base - acampamentos e assentamentos, pensar estrategicamente a atuação desses sujeitos, bem como aprofundar o debate sobre as lacunas que há no programa agrário da Reforma Agrária Popular.

Para Juventude Sem Terra, herdeira dessa organização e das aguerridas lutas já travadas no campo, o MST é uma organização em que está seu passado, tem tarefas para construir o presente, e continuar projetando essa organização para travar as lutas pela Reforma Agrária e pelo socialismo. É no MST, no processo de organização que essa juventude vê a possibilidade de se organizar em luta, construir a unidade classe trabalhadora e transformar a realidade.

Com os coletivos de Juventude continuam a realização de atividades de reuniões e articulações, mesmo com projeto chegado ao fim, à organização da juventude, e a formação da consciência na luta está se despertando, após seis meses da finalização do projeto, de muitas atividades instigadoras, só temos a dizer que há ainda muita coisa por fazer.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BENTO, L.V. **Governança e governabilidade na Reforma do Estado: entre eficiência e democratização**. São Paulo: Monole, 2003.

BOGO, Ademar. **Identidade e Luta de Classes:** 2.ed..São Paulo: Expressão Popular,2010.

Cartilha: **"História do MST", construção coletiva do curso de historia ITERRA/UFFS,** 2014.

BRASIL. **Orçamento da União: Exercício Financeiro de 2015 – Projeto de Lei Orçamentária**. Brasília, 2014.

IASI, Mauro Luis. **Ensaios sobre consciência e emancipação**: 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IASI, Mauro Luis. **Ensaios sobre consciência e emancipação**: 2 ed. São Paulo: Expressão Popular,2011.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política:** livro 1,volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2010.

SALVADOR, E.; BEHRING, E.; BOSCHETTI; I.; GRANEMANN; S. **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Perguntas utilizadas na entrevista realizada no item 4.2

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS

Entrevista para ser realizada junto aos membros do coletivo de Juventude do MST/RN, com o objetivo de trazer subsídios para a elaboração da pesquisa "O coletivo de juventude do MST/RN e a Parceria BNB" e entender quais foram os impactos do projeto "Jornada de formação de agentes culturais e comunicadores da reforma agraria" no coletivo de juventude. Pesquisa a ser apresentada como trabalho de conclusão de curso de Graduação em Serviço Social da aluna Erica Rodrigues da Silva.

BLOCO 1

1-Você participou do projeto?
2-Qual foi a sua contribuição no projeto?
3-Houve impacto para o coletivo de juventude?

BLOCO 2

1-sobre os impactos:
-Políticos
-Culturais
-Formativos
-Ambiental
2-você acha que o projeto alcançou o objetivo?
3-você acha que o projeto contribuiu para o fortalecimento do coletivo de juventude?

APÊNDICE B - Modelo do Termo de consentimento para a realização da entrevista.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) da Pesquisa

Você está sendo convidado (a) para participar, da pesquisa: O Coletivo de Juventude do MST/RN e a Parceria BNB da aluna e pesquisadora Erica Rodrigues da Silva, Graduanda do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS-UFRJ). Após o recebimento das informações acerca da pesquisa, por favor, assine ao final desse documento, em caso de não aceitar fazer a entrevista, você não será penalizado (a) de forma alguma.

Em caso de duvidas acerca da pesquisa, você poderá entrar em contato no fone
(84) 994 923785

Informações importantes sobre a Pesquisa:

Essa Pesquisa Será realizada com entrevista gravada para o registro de áudios. Os dados obtidos com os sujeitos entrevistados serão guardados sob a responsabilidade dos coordenadores durante cinco anos. Após esse período esse material será doado para a universidade, caso contrário ele será incinerado. Os entrevistados serão nominados por pseudônimos a fim de garantir o sigilo de suas opiniões, garantindo, assim, todos os cuidados éticos necessários para esse fim.

Pesquisador

_____

Entrevistado (a)

_____